

v.2, n.9, 2025 - Setembro

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

MEMÓRIAS DE CANUDOS NA SALA DE AULA: Saberes Históricos Como Ferramentas De Alfabetização Contextualizada No Semiárido Baiano

Daniela Cardoso Reis¹

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.17118050
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.17118050)

¹Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2013) pela Faculdade João Calvino. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (2010) pela Faculdade Batista Brasileira. Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVAF (2004).

E-mail: dan.reys@hotmail.com

Lattes: <https://orcid.org/0009-0002-6867-4880>



**MEMÓRIAS DE CANUDOS NA SALA DE AULA: Saberes
Históricos Como Ferramentas De Alfabetização
Contextualizada No Semiárido Baiano**

Daniela Cardoso Reis



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O processo de alfabetização no Semiárido baiano tem sido marcado, historicamente, pela prevalência de práticas pedagógicas descontextualizadas, que pouco dialogam com as realidades socioculturais e territoriais dos sujeitos. Nesse cenário, a história de Canudos, símbolo de resistência e memória coletiva, é frequentemente silenciada ou tratada de forma superficial, reforçando a lógica de currículos coloniais e homogeneizadores. A ausência desse conteúdo no espaço escolar não apenas fragiliza o vínculo dos estudantes com sua identidade histórica, mas também limita o potencial formativo da alfabetização como prática crítica e emancipadora. A educação contextualizada para a convivência com o semiárido emerge como possibilidade de ruptura com essa lógica, ao propor a valorização dos saberes locais, da ancestralidade e da memória coletiva como instrumentos pedagógicos. Este artigo, fruto de uma revisão narrativa de literatura, busca refletir sobre o papel das memórias de Canudos no processo de alfabetização inicial em escolas públicas, analisando como o ensino da história local pode contribuir para fortalecer a identidade cultural, promover o pertencimento e desenvolver sujeitos críticos e autônomos. A discussão fundamenta-se em autores como Freire (2011), Brandão (2002), Arroyo (2017), Martins (2006) e Silva (2013), que defendem a educação como prática libertadora, dialógica e territorializada.

Palavras-chave: educação contextualizada; semiárido; Canudos; alfabetização.

ABSTRACT

The literacy process in the Bahian semi-arid region has historically been marked by the prevalence of decontextualized pedagogical practices that barely engage with the sociocultural and territorial realities of the subjects. In this context, the history of Canudos, a symbol of resistance and collective memory, is often silenced or treated superficially, reinforcing the logic of colonial and homogenizing curricula. The absence of this content in schools not only weakens students' connection to their historical identity but also limits the formative potential of literacy as a critical and emancipatory practice. Contextualized education for coexistence with the semi-arid region emerges as a possibility for breaking with this logic by proposing the valorization of local knowledge, ancestry, and collective memory as pedagogical tools. This article, the result of a narrative literature review, seeks to reflect on the role of Canudos's memories in the early literacy process in public schools, analyzing how teaching local history can contribute to strengthening cultural identity, fostering belonging, and developing critical and autonomous individuals. The discussion is based on authors such as Freire (2011), Brandão (2002), Arroyo (2017), Martins (2006), and Silva (2013), who advocate education as a liberating, dialogical, and territorialized practice.

Keywords: contextualized education; semiarid region; Canudos; literacy.

1. INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização no Semiárido brasileiro historicamente esteve atrelado a modelos pedagógicos que pouco consideraram as realidades locais. O uso de materiais didáticos homogeneizadores e descolados dos contextos sociais e culturais contribuiu para invisibilizar narrativas essenciais à formação dos sujeitos, como a história de Canudos, marcada por lutas populares e resistências. Tal omissão fortaleceu um currículo de caráter colonial, que fragiliza a identidade cultural e distancia os estudantes de seu território.

A educação contextualizada para a convivência com o semiárido propõe uma alternativa a essa lógica. Ao considerar o território, a cultura e os modos de vida sertanejos como centrais na construção do conhecimento, essa perspectiva busca promover processos formativos que unam alfabetização e consciência crítica. A inserção da história de Canudos nesse contexto representa não apenas uma valorização da memória coletiva, mas também um recurso pedagógico capaz de fortalecer

vínculos indenitários e ampliar o horizonte crítico dos educandos.

Autoras como Moreira (2017) e Carvalho (2011) ressaltam a importância de compreender o território semiárido como espaço simbólico, de resistência e pertencimento. Nessa perspectiva, alfabetizar significa mais do que decodificar palavras: é possibilitar a leitura crítica do mundo, conectando os sujeitos às suas raízes históricas e socioculturais. O ensino da história local, portanto, constitui uma prática de valorização da memória insurgente, capaz de reconstruir identidades e promover uma educação mais significativa.

Este artigo constitui-se como resultado de uma revisão narrativa de literatura, reunindo referenciais que discutem a educação contextualizada, a alfabetização crítica e a valorização das memórias históricas. A análise se ancora em autores como Freire (2011), Brandão (2002), Arroyo (2017), Martins (2006) e Silva (2013), que refletem sobre os limites e possibilidades da alfabetização enquanto prática social e política no Semiárido.

Assim, o artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica acerca da educação contextualizada e da alfabetização crítica; em seguida, discute-se a centralidade das memórias de Canudos como recurso pedagógico no processo de alfabetização; além disso, aborda-se a descolonização do currículo e valorização dos saberes locais; por fim, as considerações finais retomam os principais achados e indicam possibilidades de aprofundamento da temática.

2. EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA

A proposta de educação contextualizada, envolve um reposicionamento político e pedagógico que desafia a lógica tradicional da educação escolar padronizada e distanciada da realidade local. Brandão (2002) e Arroyo (2017), compreendem a escola como parte constitutiva do território e como espaço de valorização das experiências e culturas locais. Nesse sentido, Brandão (2013) afirma:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (Brandão, 2013, p. 7)

A partir dessa reflexão, percebe-se que a educação permeia o cotidiano em suas múltiplas dimensões, indo além dos espaços formais de ensino e das práticas instrucionais. Educar, portanto, é também um modo de transformar o mundo em um lugar mais justo e solidário, aproximando a aprendizagem de uma prática emancipatória. Nessa perspectiva, o processo de alfabetização não se restringe à codificação e decodificação da linguagem, mas amplia-se para a formação integral do sujeito, articulando conhecimentos escolares, vivências locais e construção de cidadania.

Soares (2003) reforça essa concepção ao afirmar que alfabetizar é inserir o sujeito nas práticas sociais de uso da linguagem escrita, e não apenas no aprendizado do código linguístico. Ao relacionar a leitura e a escrita às experiências concretas do cotidiano, a alfabetização torna-se prática social e cultural. Essa perspectiva é decisiva no Semiárido, pois rompe com o paradigma homogêneo e colonial, permitindo que a escola se abra às histórias, memórias e saberes da comunidade.

Nesse sentido, Freire (2011) é referência fundamental ao compreender a alfabetização como ato político, capaz de criar condições para que o sujeito leia e interprete criticamente o mundo em que

vive. Sua crítica à “educação bancária” denuncia práticas pedagógicas que esvaziam a experiência do estudante, negando sua historicidade e sua capacidade criadora. Assim, alfabetizar significa também legitimar os saberes prévios do educando, reconhecer suas vivências e fortalecer sua autonomia.

Nesse contexto, a educação para a convivência com o Semiárido é um projeto insurgente, construído a partir de uma malha pedagógica tecida em rede, que desafia a lógica de um currículo universal e homogêneo, propondo a abertura para uma educação do Semiárido, feita com e pelos sujeitos que nele vivem. Como afirma Martins (2006, p.46), “[...] a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa”. Tal perspectiva converge de forma direta com a educação contextualizada, ao propor que a alfabetização não seja apenas um processo técnico de decodificação da linguagem escrita, mas um caminho para a construção de identidade, autonomia e pertencimento, a partir das experiências históricas e territoriais vividas por alunos e comunidades.

Em consonância com a educação contextualizada, a escola deve se constituir como um espaço vivo de trocas, encontros, escutas e criação de novos referenciais, orientado por práticas educativas que dialoguem com o território e com as experiências dos sujeitos. Cabe à escola, promover processos formativos que desenvolvam no educando a capacidade de investigar, questionar e buscar respostas às suas indagações, favorecendo a construção da autonomia necessária para interagir criticamente no meio social. Como diz Moreira:

[...] uma educação de qualidade deve propiciar ao (à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto. (Moreira, 2008, p. 21).

Essa reflexão dialoga diretamente com a proposta de uma educação contextualizada, pois não apenas reafirma o sentido de uma educação enraizada no território, mas se configura como prática democrática, emancipadora e comprometida com as realidades e potencialidades do Semiárido baiano. Nesse horizonte, a alfabetização vai além de um ensino mecânico da leitura e da escrita, transformando-se em um processo que integra dimensões sociais e culturais, valoriza os saberes locais e estimula a formação crítica dos estudantes desde os primeiros anos escolares.

Assim, a educação contextualizada, articulada à alfabetização crítica, evidencia-se como caminho pedagógico capaz de transformar a escola

em espaço de diálogo entre saberes, onde os sujeitos não apenas aprendem a ler e escrever, mas também a interpretar suas realidades. Nesse sentido, a escola assume o compromisso de desconstruir a concepção de que a alfabetização se restringe ao domínio da leitura e da escrita. Trata-se, antes, de compreender a alfabetização como um processo formativo mais amplo, cuja relevância reside na capacidade de promover a conscientização político-social dos educandos. Essa perspectiva fortalece a identidade, promove o pertencimento e amplia o horizonte crítico dos educandos, consolidando a alfabetização como prática social e política comprometida com a emancipação e a justiça social.

3. CANUDOS COMO EIXO PEDAGÓGICO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE

A história de Canudos constitui-se como um dos episódios mais marcantes da resistência popular brasileira. Entretanto, sua presença no currículo escolar tem sido limitada ou invisibilizada, como apontam Moreira (2017) e Reis e Pereira (2022), resultando em um ensino fragmentado e distante das vivências cotidianas do aluno. Essa ausência reforça uma lógica de silenciamento, que compromete a formação crítica dos estudantes e fragiliza sua identidade cultural.

Arroyo (2013), ao refletir sobre as disputas em torno do currículo, afirma que este se constitui como um território em disputa, um campo de conflitos em que se definem quais saberes são legitimados e quais permanecem silenciados. Essa perspectiva contribui para compreender que a ausência da história de Canudos no espaço escolar não é neutra, mas resultado de escolhas políticas que privilegiam determinados conhecimentos em detrimento de outros. Nesse sentido, trazer as memórias de Canudos para a sala de aula significa disputar o currículo, inserindo nele vozes historicamente marginalizadas e fortalecendo a identidade cultural dos estudantes.

Martins (2006) compreende a educação para a convivência com o Semiárido como um processo de descolonização do saber. Silva (2013) amplia essa discussão ao defender a valorização das epistemologias locais e das pedagogias interculturais como alternativas à colonialidade do currículo. Com isso, o currículo deve estar adequado à realidade de cada educando, proporcionando o respeito, um espaço de interação, socialização, em que o aluno possa construir conhecimentos no espaço educacional.

A utilização das memórias de Canudos como recurso pedagógico permite reconstruir vínculos identitários e favorecer um sentimento de

pertencimento ao território. Nesse contexto, o ensino da história local emerge como ferramenta potente de alfabetização contextualizada, capaz de promover o protagonismo dos sujeitos do Semiárido, reverter os processos de apagamento simbólico e afirmar novas possibilidades de leitura do mundo. Ao trazer as vozes e experiências de Canudos para o centro do processo pedagógico, a escola passa a reconhecer os sujeitos sertanejos como produtores de conhecimento, legitimando suas histórias e memórias como parte integrante do patrimônio educativo. Assim, a memória coletiva deixa de ser apenas conteúdo escolar e se torna prática pedagógica que emancipa, pois coloca os alunos em contato com sua realidade e lhes dá ferramentas para transformá-la.

Diante do exposto, contextualizar significa devolver voz aos silenciados, dar sentido aos conteúdos e reconhecer a dignidade dos territórios. Para Carvalho (2011), o Semiárido deve ser compreendido como espaço simbólico-afetivo, capaz de ressignificar a experiência dos sujeitos e fortalecer sua autoestima. Nessa perspectiva, a história de Canudos, sua simbologia e sua permanência na memória coletiva do sertão baiano, oferece um campo fértil para práticas pedagógicas integradoras, que mobilizam afetos, pertencimentos, cultura e linguagem como ferramentas de leitura, além de formar cidadãos conscientes de sua história e protagonistas de sua realidade.

Os estudos sobre educação contextualizada evidenciam a necessidade de integrar saberes históricos, territoriais e culturais ao processo de ensino e aprendizagem. Esses fundamentos epistemológicos reforçam que contextualizar não significa restringir o conhecimento ao espaço local, mas articular o particular e o global, conectando o território às múltiplas redes de significação que atravessam a vida contemporânea. No caso específico de Canudos, território marcado pela resistência popular e por profundas memórias coletivas, a história local constitui um recurso pedagógico essencial que, quando negligenciado, contribui para o apagamento de identidades e para a fragilização do vínculo entre escola, comunidade e território.

Nessa direção, as reflexões teóricas contribuem diretamente para fundamentar uma proposta de alfabetização que reconhece os alunos como sujeitos de saber, inseridos em um território historicamente marcado por conflitos, memórias e resistências. Ao articular memória, identidade e educação, a escola se consolida como espaço de resistência, não para reproduzir discursos de

carência, mas para promover o pertencimento e a emancipação.

A articulação entre alfabetização e memória histórica fortalece o caráter emancipatório da prática educativa. Freire (2011, p. 28), ao refletir sobre o ato de ensinar, afirma que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”, reafirmando a centralidade da participação ativa do educando no processo de aprendizagem. Assim, os professores desempenham papel central no processo de estimular a criticidade das crianças, possibilitando que cresçam com a capacidade de se posicionar diante das problemáticas de sua comunidade e do mundo, em consonância com a proposta de uma educação contextualizada e libertadora.

Nessa perspectiva, a parceria entre o educador e a escola é fundamental para a quebra de rupturas e a descontextualização de práticas educativas, a fim de garantir aos educandos aprendizagens significativas e relevantes no que diz respeito à valorização da história local. Nesse sentido, ao relacionar a alfabetização às memórias de Canudos, a escola contribui para formar sujeitos capazes de interpretar criticamente sua realidade, ressignificando a aprendizagem da leitura e da escrita como ato político, cultural e transformador.

Por fim, compreender Canudos como eixo pedagógico da memória e da identidade coletiva significa valorizar a história local não apenas como uma temática curricular, mas como prática pedagógica que reafirma a ancestralidade, fortalece a cidadania e promove a dignidade cultural no Semiárido baiano.

4. DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES LOCAIS

A descolonização do currículo e a valorização dos saberes locais configuram-se como movimentos pedagógicos fundamentais para questionar e superar a hegemonia de narrativas históricas e culturais que, ao longo do tempo, marginalizaram as vozes do Semiárido. Como afirmam Reis e Pereira (2022, p. 4), “[...] e nos processos de reinvenção como forma de se fazer ouvir e desvincular dos traços colonialistas, que se encontra a educação desenvolvida na região semiárida, marcada pela colonialidade”. Essa compreensão revela que a educação na região precisa romper com práticas que reproduzem a lógica colonial, afirmando o protagonismo dos sujeitos sertanejos como legítimos produtores de conhecimento.

Sob essa perspectiva, a inclusão da história de Canudos no ambiente escolar não pode ser entendida apenas como resgate histórico, mas como prática político-pedagógica de afirmação identitária e de justiça epistemológica. Ao reconhecer as experiências e saberes locais, o currículo se transforma em território de disputa, onde as narrativas silenciadas ganham legitimidade e contribuem para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

Ao relacionar o espaço vivenciado ao currículo, Arroyo (2013, p. 334) questiona: [...] “O espaço visto de longe pode ser poético e formoso, o espaço vivido é outro. Este está presente nos currículos?”. Sua provocação aponta para a necessidade de repensar o currículo a partir das experiências concretas dos estudantes, superando a distância entre o conhecimento escolar e a vida cotidiana. Descolonizar o currículo, portanto, significa deslocá-lo de uma lógica homogênea para uma prática pedagógica que reconhece as histórias, lutas e valores dos sujeitos em sua integralidade.

Moreira (2017) reforça essa concepção ao destacar que os sertões devem ser compreendidos como territórios múltiplos, atravessados por continuidades e rupturas, por memórias, por resistências e reexistências. Incorporar essas narrativas no currículo escolar amplia as possibilidades de construção do pertencimento e da valorização cultural entre os estudantes.

Nessa mesma direção, Martins (2006, p. 3), argumenta que a educação para a convivência com o Semiárido representa uma ruptura com a lógica homogeneizadora dos currículos tradicionais, que ignoram as particularidades do território e dos sujeitos históricos. O autor defende que a educação precisa ser, antes de tudo, contextualizada e descolonizadora, capaz de reconhecer os saberes que circulam fora dos livros didáticos e as memórias que constituem as identidades locais.

Para Martins (2006, p. 3) “a contextualização é, antes, um problema de descolonização. É uma questão de romper com uma forma de nomeação operada de fora”. Essa concepção reafirma a necessidade de legitimar saberes que circulam fora dos manuais didáticos e de reconhecer as memórias coletivas como constitutivas da identidade sertaneja.

Silva (2013) complementa ao evidenciar que a colonialidade do saber ainda estrutura grande parte das práticas escolares, restringindo a valorização das epistemologias locais e a abertura para uma educação intercultural. Nesse sentido, a descolonização curricular, articulada à educação contextualizada e à alfabetização crítica, reafirma o

compromisso da escola com a valorização histórico-cultural e a emancipação dos sujeitos do Semiárido.

Portanto, a descolonização do currículo, ao articular-se à valorização dos saberes locais, configura-se como um caminho indispensável para a construção de uma educação crítica e enraizada no território. Trata-se de assumir o currículo como espaço de disputa e de resistência, no qual memórias, histórias e epistemologias do Semiárido encontram legitimidade, promovendo uma prática pedagógica que reconhece a dignidade dos sujeitos sertanejos e potencializa sua emancipação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização no Semiárido, quando desvinculada das realidades locais, perde seu potencial emancipador e crítico. Este artigo discute como a educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido pode ressignificar esse processo, ao valorizar as memórias de Canudos como instrumento pedagógico. O diálogo com autores como Freire (2011), Brandão (2013), Arroyo (2013), Martins (2006), Moreira (2008), Silva (2013), Soares (2003) e Reis e Pereira (2022) permitiu compreender que alfabetizar vai além do ensino do código: trata-se de promover o enraizamento cultural, fortalecer a identidade e possibilitar a leitura crítica do mundo.

A memória de Canudos, inserida na sala de aula, configura-se como ferramenta de reconstrução simbólica, de resgate das lutas populares, rompendo com o silenciamento histórico ainda presente nos currículos escolares. Sua valorização potencializa práticas pedagógicas mais significativas e emancipatórias, aproximando a escola da comunidade e reafirmando a educação como prática política, social e cultural. Essa perspectiva amplia o sentido da alfabetização, transformando-a em ato de pertencimento e resistência.

Além disso, a reflexão sobre descolonização do currículo e valorização dos saberes locais reforça que a escola não deve reproduzir um conhecimento universalista e homogêneo, mas reconhecer os sujeitos do Semiárido como protagonistas e produtores de saberes. Trabalhar a história de Canudos em sala de aula é disputar o currículo, inserindo vozes marginalizadas e afirmando epistemologias que ressignificam a prática educativa. Tal movimento colabora para a construção de sujeitos críticos e conscientes de sua inserção histórica, capazes de intervir na realidade.

Por fim, este estudo reafirma que a articulação entre alfabetização crítica, memória histórica e descolonização curricular é condição

indispensável para consolidar uma educação transformadora no Sertão de Canudos. Sugere-se como continuidade a realização de pesquisas empíricas que analisam práticas pedagógicas em escolas do território, de modo a compreender os desafios e potencialidades da inserção das memórias locais no processo de alfabetização. Tais investigações podem fortalecer a consolidação de políticas educacionais enraizadas no Semiárido, comprometidas com a justiça social, a valorização cultural e a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIA

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade sertaneja pela convivência**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / 43ª ed.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido: Reflexões Teórico-Práticas**. 2ª Edição Juazeiro/BA: Selo Editorial-RESAB, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre o currículo: Currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2008.

MOREIRA, Gislene Aparecida dos Santos. **Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no Semiárido Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2017.

REIS, Edmerson; PEREIRA, Vanderléa. Educar no Semiárido Brasileiro: continuidades da construção em rede. In: NASCIMENTO, Maria Lúcia Góis; NASCIMENTO, Ricardo Henrique Nunes do (org.). **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido: experiências e reflexões**. Juazeiro: UNEB/EDUNEB, 2022. p. 115–130.

SILVA, José de Souza. Territórios e interculturalidade na perspectiva da educação contextualizada. In: SILVA, José de Souza; SANTOS, Helaine Rocha dos (org.). **Educação contextualizada**: saberes e práticas pedagógicas no Semiárido brasileiro. 2. ed. Juazeiro: UNEB/EDUNEB, 2013. p. 71–84.